



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

<b>Processo TC</b>	4618/989/18
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Cajamar
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
<b>Período</b>	05/2018
<b>Relator</b>	Dra. Cristiana de Castro Moraes
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	08ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
<b>Responsável</b>	DALETE DE OLIVEIRA
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	039.455.608-96
<b>Período de Gestão</b>	08/11/2017 a 26/02/2018; 01/03/2018 a <i>dado não informado</i>
<b>Responsável</b>	EURICO MARCOS MISSE
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	305.273.408-39
<b>Período de Gestão</b>	27/02/2018 a 28/02/2018

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

### 1.2 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições

## **2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### **2.1 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

## **3 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE**

### **3.1 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 13/09/2018**

**Hora da Geração: 22:04:04**